



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apud
Fundão
19/12/14

ACTA Nº 3/2014

Sessão realizada em 30 de junho de 2014

ACTA N.º 3/2014

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada por Luís Gavinhos e Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta do membro Pedro Simão Cruz que justificou atempadamente e foi substituído pelo membro João Couto Gonçalves. Faltaram ainda os membros Carlos Manuel Morgadinho, José Neves Costa, Daniel Cruz, Paulo Infante e Manuel Malicia Trindade. O membro Luís Manuel Cerdeira foi substituído pelo seu representante legal.

Relativamente ao Executivo Municipal, faltaram os Senhores vereadores Miguel Gavinhos e Paulo Ribeiro.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas - 2013 ”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação da alteração da delimitação da área de reabilitação urbana – Zona Antiga do Fundão”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo do Fundão”;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Fundão”;

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias”;

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal do Fundão.

Presidente da Mesa em Exercício – Após cumprimentar todos os presentes colocou a votação a ata nº 2/2014 que foi aprovada por unanimidade. Informou que o Senhor Presidente da Mesa chegaria a qualquer momento e propôs que se guardasse 1 minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Joaquim Cândido Moreira, Presidente da ANAFRE, o que foi aprovado por unanimidade e cumprido de seguida.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Rogério Palmeiro - Cumprimentou todos os presentes e lamentou o facto de ser intenção do Ministério da Educação o encerramento da escola básica dos Enxames, declarando-se totalmente solidário com a respetiva Junta de Freguesia. Embora se trate de um dossier não inteiramente fechado em consequência das diligências que estão a ser levadas a cabo pelo Município que espera venham a colher frutos e impedir o seu encerramento, como aconteceu com as escolas básicas e jardim-de-infância, 7 estabelecimentos de que se conseguiu evitar o encerramento, após a posição concertada, por unanimidade, dos membros do Conselho Municipal de Educação, que validaram os argumentos e posição da Câmara Municipal. Apenas a escola de Enxames está para encerrar, pelo que espera que o trabalho que ainda está a ser efetuado tenha sucesso e que as 14 crianças em causa não sejam deslocalizadas.

Catarina Gavinhos – Disse que tem o privilégio de usar diariamente uma das estradas mais bonitas do País, que é a EN 18, entre o Fundão e Alpedrinha. Constata no entanto que para além de alguma perigosidade da mesma, os pontos de paragem, onde se podem usufruir de vistas magníficas, estão em péssimas condições de conservação, bem como as fontes onde alguns fundanenses vão buscar água para beber. Solicitou às respetivas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal que requalifiquem e limpem esses espaços.

Paulo Silveira – Abordou o tema do encerramento de escolas, baseando-se num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 1.

Miguel Cardoso – Baseou a sua intervenção falando na Escola Profissional do Fundão, através da utilização de um documento que se junta à presente, constituindo o Anexo 2.

Marina Nascimento – Fez uma intervenção abordando o tema Hospital do Fundão, baseando-se num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 3.

Conceição Martins – Após cumprimentar todos os presentes, propôs, em nome do grupo do PS, que a discussão do ponto 2.7 da ordem de trabalhos passasse para 2.2.

Rogério Hilário – Cumprimentou todos os presentes e destacou a realização nesta cidade do congresso nacional de serviços partilhados, onde estiveram presentes um conjunto de instituições e empresários interessados em investir na nossa região neste setor de atividade. O Fundão está no radar destas empresas, pelo que se aproveitou a iniciativa para dar a conhecer o território e as suas potencialidades. Deu os parabéns à Câmara Municipal pela forma como realizou o trabalho e como lançou o nosso território nesta área. Referindo-se ao dia 9 de junho, congratulou-se com a assinatura do protocolo com a CGD para a requalificação da antiga fábrica ERES, tratando-se de um sinal de que algo está a mudar no nosso concelho. Disse também que no mesmo dia assistiu à inauguração das instalações da ALTRAN no centro de negócios localizado no multiusos e ficou surpreendido com a assinatura de outro protocolo para a concretização de mais 200 postos de trabalho nos próximos anos, ou seja, mais 200 engenheiros. Isto demonstra que o concelho e a cidade têm atratividade, que a Câmara está a fazer bem o seu trabalho e que nos compete aproveitar esta dinâmica, participar e usufruir dela.

Henrique Dias – Face à intervenção do membro Miguel Cardoso, informou que existiu alguma dificuldade de agenda de ambas as partes para a realização da reunião de trabalho, o que a inviabilizou. A Escola Profissional do Fundão presta um serviço público de qualidade e tem sido feito um grande trabalho, conjuntamente com a Câmara Municipal na sua valorização, que tem dado os seus frutos. As dificuldades existentes são transversais a todas as escolas do País, havendo escolas que optam por ficar a dever aos seus funcionários 4,5 ou 6 meses de ordenado. Esta Escola optou por pagar, não escondendo que os problemas existem, que há excesso de professores e é necessário remodelar o edifício. O trabalho está a ser feito e não vai deixar-se cair o ensino público profissional na cidade do Fundão, pelo que há que defender o que é nosso contra tudo e contra todos. Informou também que a associação de trabalhadores da EPF elegeu recentemente uma nova direção, com o intuito de continuar a trabalhar, conjuntamente com a ACIF na continuidade da Escola. A Câmara Municipal é uma entidade fundadora

e face ao projeto educativo para o concelho, torna-se numa mais-valia. Há um conjunto de entidades que, acopladas com o município do Fundão, têm a possibilidade de avançar com um projeto que terá resultados muito positivos no futuro. Face à lei dos compromissos locais e do financiamento das empresas municipais e ainda às relações que podem estabelecer-se com a Câmara Municipal, tem de haver algum cuidado para que a autarquia não saia prejudicada. Repetiu que nunca iriam abdicar de prestar um serviço público que, em paralelo com a Câmara, continue a constituir uma entidade que preste serviços aos jovens do concelho e da região numa escola sediada no Fundão.

Carlos São Martinho – Após cumprimentar todos os presentes, disse concordar com parte da intervenção dos membros Paulo Silveira e Marina Nascimento na defesa dos serviços públicos descentralizados, embora a forma como colocam as questões não seja, na sua opinião, a mais correta. Sobre as escolas, considerou que o “número mágico” dos 21 alunos vem de legislação anterior e deve ser muito bem explicado e demonstrado o que significa como mais-valia em termos educativos. Não foi o PSD que o inventou mas também ninguém o explicou, inclusive o atual governo que pegou no diploma e o está a executar. Esta Câmara Municipal e ele próprio sempre defenderam a concertação e o diálogo com as autarquias em matéria de encerramento de serviços e, das 7 escolas inicialmente sinalizadas, existe a intenção de encerrar apenas uma, o que a Câmara Municipal recusou com motivos perfeitamente justificáveis. É óbvio que esta Assembleia Municipal tem de concertar esforços políticos para que os serviços não encerrem. Sobre a saúde no nosso concelho, há que ser justos e reconhecer o esforço desta autarquia e as parcerias que pretende estabelecer com o Centro Hospitalar e com a Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Nem tudo o que por aí se diz sobre esta matéria corresponde à verdade, embora esteja a ser efetuada alguma reorganização dos serviços. A questão é tentar dotar o Hospital do Fundão de novas valências, nomeadamente os cuidados continuados de longa e média duração e medicina nuclear. Foi feito um concurso para 3 novos médicos, o qual está em fase de análise de candidaturas, estando os lugares praticamente ocupados, com pelo menos 2 para o nosso concelho. Sobre a estratégia de recuperação urbana, deu os parabéns ao Executivo pela sua visão de futuro nesta matéria e o esforço de fazer regressar os serviços ao centro da cidade. É claro que esta visão está no campo oposto ao da CDU, como também o está relativamente às questões relacionadas com a educação e Escola Profissional. O PSD compreende muito bem o “*tudo ou nada*” da CDU e infelizmente este concelho já pagou muito caro o seu

maniqueísmo, nomeadamente por ações de sindicatos que em algumas estruturas nunca aceitaram que houvesse reorganização das empresas, preferindo o tal tudo ou nada. Esta prática tem lesado a economia local e felizmente que a CDU está cada vez mais isolada nesta matéria. Esta Câmara Municipal pretende tornar vivo o centro da cidade, dotando-o de projetos de reabilitação e fixação de pessoas, exemplificando com a estratégia delineada com as instalações da antiga ERES, que vão trazer serviços e pessoas para dentro da cidade. Por outro lado fazer investimentos e recuperações de zonas históricas sem investir na habitação e sem gente para habitar torna-se ineficaz, tal como aconteceu com muitos dos investimentos do quadro comunitário anterior e nos que os antecederam. A visão desta Câmara de trazer vida às cidades, movimento e emprego é primordial para o futuro do concelho do Fundão.

Neste momento entrou na sala o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Vítor Martins, que de imediato tomou conta dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes e pedindo desculpa pelo ligeiro atraso.

Não havendo mais intervenções no âmbito do PAOD, o Senhor Presidente da Mesa colocou a discussão a proposta da CDU (Doc. nº 4 anexo á presente ata) para a criação de uma comissão de acompanhamento da situação da Escola Profissional do Fundão.

Eduardo Saraiva – Disse que na última sessão defendeu a realização de uma reunião de trabalho na Escola com o grupo da CDU, que só não se realizou por motivos de agenda de ambas as partes. No entanto trata-se de um aspeto facilmente ultrapassável, pelo que a reunião deve ser realizada. Após a mesma, será analisada e discutida a proposta da CDU, com outro tipo de conclusões sobre a matéria.

Não havendo mais intervenções foi a proposta colocada a votação e rejeitada por maioria com 11 votos a favor, 3 abstenções e 20 votos contra.

O Senhor Presidente da Mesa apresentou uma declaração de voto dizendo que votou contra esta iniciativa porque lhe parece que ela é inoportuna neste momento, no entanto a Assembleia Municipal tem o direito e o dever de acompanhar todo este processo e exigir toda a informação em tempo útil, porque se trata de um tema prioritário e da maior relevância para o concelho.

Continuando, o Senhor Presidente da Mesa colocou a discussão a proposta do grupo do PS relativa à alteração da ordem e trabalhos (Doc. nº 5 anexo à presente ata). Não havendo interessados em intervir foi o documento colocado a votação e rejeitado por maioria com 12 votos a favor, 4 abstenções e 18 votos contra.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Catarina Gavinhos – Disse que o documento realça tudo o que se fez de positivo, o que é natural num exercício de quase propaganda. Chamou a atenção para a reunião que o Senhor Presidente da Câmara efetuou na DREC, onde defendeu as escolas e jardins-de-infância do nosso concelho, aparentemente só com alguns resultados uma vez que o poder central continua insensível não só em relação aos cidadãos em geral, mas também em relação ao poder local do interior. Disse que o Senhor Presidente da Câmara podia contar com toda a disponibilidade da CDU na luta contra o encerramento da escola dos Enxames. Menos conhecidos e divulgados foram os resultados das reuniões do Sr. Presidente com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, Centro Hospitalar e Santa Casa da Misericórdia do Fundão, perguntando que protocolo resultou dessas reuniões. Teme que seja mais uma fantástica privatização à portuguesa em que o Estado português entrega mais um hospital a uma entidade privada, só porque teve a iniciativa de o construir em terrenos dessa entidade. A saúde não é nem pode ser um negócio. Segundo o que ouve, parece-lhe que também vai chegar ao fim o serviço de apoio ao domicílio do Hospital do Fundão, sendo substituído por um serviço semelhante, prestado pelo centro de saúde, não explicitando de que serviço semelhante se trata e que, a ser verdade, é inaceitável, conforme as palavras escritas pelo diretor do Jornal do Fundão.

Eduardo Saraiva – Disse que se trata de um documento bem arrumado, percebendo-se muito bem todas as situações em que a Câmara Municipal esteve envolvida. Acha que a *rúbrica 7 – Desporto*, devia ser mais abrangente e denominar-se de “Atividade desportiva, lazer e recreação”. Este documento reflete bem a atividade da Câmara no âmbito local, nacional e internacional e dos eventos realizados destacou a campanha da

cereja e a ideia feliz de falar da cereja do Fundão, no dia de Portugal festejado na cidade da Guarda. Realçou também o dinamismo das gentes das nossas aldeias, a sua força e vontade de mostrar tudo o que temos de bom na nossa terra. Sobre as atividades culturais disse ter receio que se estejam a realizar eventos para minorias, em que a maioria das pessoas se abstém de participar, pelo que chama a atenção do Executivo para que se realizem atividades culturais que sejam mais abrangentes e respondam às motivações de todos. Informou que hoje dera uma volta de carro pela cidade e que lhe chamaram a atenção os abusos das pessoas em estacionar as suas viaturas em determinados locais, devendo alertar-se as autoridades para a resolução de algumas situações. Exemplificou com as Rua 5 de Outubro e João Franco em que não existem limitadores e as pessoas estacionam de tal forma nas zonas destinadas aos peões que por vezes não fica espaço para estes circularem. Registou com agrado a reparação das lajes partidas entre a rua da Cale e a Praça Velha. Viu também com atenção o esforço que a Câmara está a ter com a Secretaria de Estado da Saúde para a resolução dos problemas do Hospital do Fundão. O espírito de solidariedade do povo do Fundão sempre soube defender o Hospital e esse espírito deve ser lembrado, rejuvenescido e ativo na defesa dos nossos interesses naquela unidade de saúde. Realçou ainda o trabalho junto do Ministério da Educação para evitar o encerramento de escolas no nosso concelho, afirmando que temos de estar unidos na defesa do ensino público, para que as situações não se decidam nos gabinetes, muito longe da realidade.

Henrique Dias – Disse que o Sr. Presidente da Câmara desde há cerca de 1 ano levanta a questão dos territórios de muito baixa densidade e congratulou-se que nesse âmbito a ANMP tenha decidido criar uma secção para esses territórios. Isto vem dizer a todos, principalmente ao interior de Portugal que há mais um instrumento para usar contra o centralismo e uma forma de lutar contra o estado atual das coisas. Também falou da serra da Gardunha e da dificuldade na criação de uma figura jurídica para preservar o território e o seu uso de forma mais cuidada e que esta Câmara Municipal deu mais um passo nesse sentido, o que convém realçar. Afirmou ainda que os fundanenses se apropriaram do parque de campismo e do parque de lazer circundante, apreciando aquele espaço, vendo como único senão o estacionamento de viaturas naquele local, junto à EN 343, que pode causar acidentes, se não forem corrigidas algumas situações.

Rosa Moreira – Realçou também o facto de se terem reparado as lajes em algumas ruas da cidade e do membro Eduardo Saraiva falar agora disso. Cometeu-se um erro mas resolveu-se, o que lhe apraz registar. Sobre o parque do convento, considerou-a uma boa obra, mas devia-se ter pensado nas questões relacionadas com o estacionamento das viaturas e segurança das famílias e utilizadores, esperando que algo seja feito rapidamente. Sobre o Parque das Tílias, constou que está prevista nova intervenção, pelo que gostava de saber como será, já que sempre gostou da forma como o parque estava antes das intervenções e que gostaria que o mesmo voltasse ao que era antigamente.

Eduardo Saraiva – Disse que sempre falou em tudo o que não gosta na nossa cidade, tal como o Parque das Tílias, as lajes partidas e o parque infantil no parque verde. Para si o Fundão está em primeiro lugar e o “partido do Fundão” continua a ser seu apanágio.

Presidente da Câmara – Depois de cumprimentar todos os presentes, considerou que fica muito bem a solidariedade de todos para com a Junta de Freguesia de Enxames, relativamente ao encerramento da escola. Legitimada pelo Conselho Municipal de Educação, a Câmara Municipal fez o seu trabalho e a sua crítica relativamente ao modelo de encerramento das 6 escolas e 1 jardim-de-infância, nos termos da Lei em vigor. O Fundão sempre colaborou com os sucessivos governos e nas situações em que as escolas tinham poucos alunos, não se colocaram obstáculos. No caso das 6 escolas, tal como no ano anterior e sempre na defesa do interesse dos alunos, a Câmara contestou a situação e foi dada razão ao território educativo municipal, não sendo as mesmas encerradas, à exceção do caso dos Enxames. Nesta questão não estamos a falar de números mas sim de princípios, acrescentando outra questão que tem a ver com a legalidade. A Câmara contestou e apresentou argumentos, existindo por exemplo um limite de 50 minutos para os alunos chegarem á escola o que, face à dispersão da freguesia dos Enxames, não é possível cumprir. Com uma média global de 40 minutos para todas as crianças serem recolhidas por 1 carro e com o facto de terem de chegar à escola de acolhimento mais próxima, os tais 50 minutos serão perfeitamente ultrapassáveis. Este e outros argumentos foram utilizados e resta esperar pela resposta do Ministério da Educação. Respondendo ao membro Catarina Gavinhos, disse que quando estiveram na Direção Regional de Educação, não necessariamente a fazer propaganda, talvez não se tenha informado o suficiente, mas a Câmara foi muito dura,

talvez a intervenção mais dura que possa ter havido na DRE, representada pelo seu Presidente. Estamos a ficar fartos de assumir todos a nossa responsabilidade e há limites para a imprevisibilidade. Quem inventou este número não foi este governo, mas após 3 anos também já era altura de o alterar. Temos de atuar e de nos posicionar com toda a clareza. Relativamente à Escola Profissional do Fundão disse que existe o risco de politização daquela unidade. Sempre que a política por ali apareceu, a Escola esteve em risco de funcionamento. Do ponto de vista das ofertas, o que está em causa é o que se oferece do ponto de vista do ensino profissional que possa ser útil aos nossos empresários e às nossas empresas em termos de empregabilidade. Além das áreas tradicionais também existem outras novas e que podemos ajudar a dinamizar, exemplificando com o caso das indústrias dos polimentos e relojoaria. Foi por isso que também se avançou com o centro de formação e com o que nos oferece a Escola Profissional e o novo cluster. Quando se faz uma reestruturação há sempre preços a pagar, mas a recuperação deve ser firme, calendarizada e feita com o máximo de transparência possível. No que diz respeito à reestruturação efetuada na Câmara Municipal, também houve que tomar opções ao nível das empresas municipais, Escola de Hotelaria e Turismo e em outras. Neste momento a Escola de Turismo já ocupa o edifício da Escola Profissional, existindo a possibilidade de utilização do espaço de cozinha noutras situações. As decisões passaram pelo Turismo de Portugal, Escola Profissional e Município, através de um protocolo assinado recentemente. Sobre as questões relacionadas com a saúde, as últimas duas décadas foram marcadas por problemas com o Hospital do Fundão, estando o mesmo sempre com a espada sobre a cabeça. O posicionamento da Câmara neste processo foi sempre proactivo. Por isso esta autarquia foi ver dentro da especialização quais eram as valências que não existiam na região e podiam ser uma mais-valia. Avançou-se com a questão da medicina nuclear, reunindo com o Centro Hospitalar para argumentar fortemente essa situação e para verificar outro quadro de valências que dessem seguimento à recuperação do edifício do velho hospital. Não entende como, quando foi feito o projeto para a recuperação do Hospital do Fundão, com os financiamentos assegurados destinados ao velho edifício e estando tudo preparado para recuperar o edifício antigo, com alguma expansão, o que se fez foi avançar para a construção de um novo edifício e requalificação do existente. Como todos sabem, a segunda parte da questão não aconteceu e neste momento há no edifício antigo apenas uma valência a funcionar que é a consulta aberta, que com todas as deficiências que tem, ainda bem que existe. O que está proposto é manter valências

hospitalares no antigo edifício e complementar com algumas valências vitais, até para a sustentabilidade do Centro Hospitalar da Cova da Beira. Assim, está previsto aumentar os cuidados paliativos, uma unidade de medicina reabilitação e a medicina nuclear. Existe também a valência dos cuidados continuados, entrando neste processo a Santa Casa da Misericórdia que tem previstas 90 camas, consideradas vitais para o próprio CHCB. Informou também que neste momento não tem qualquer informação que indique o fim do apoio domiciliário. Agradeceu as palavras relativas à atração de investimento e deu conta que o problema da CIM está desbloqueado, podendo continuar-se na senda da atração de empresas e mais vertentes de negócio. Sobre o parque do convento, do ponto de vista da segurança executou-se o passeio até ao parque, estando a primeira entrada orientada para quem ali se desloque a pé. Para quem utilize viaturas existe um parque de estacionamento junto à entrada do parque de campismo pelo que é naquele local que as viaturas devem ser estacionadas, ou então no parque junto à Escola Serra da Gardunha que é relativamente perto. Talvez muitas pessoas desconheçam isto pelo que espera que estas explicações cheguem a mais gente e se estacione nos locais apropriados. Sobre as infraestruturas na cidade, existem 2 zonas de proteção que inclui a rua da Cale, largo da Igreja e Praça Velha e outras zonas com menos nível de proteção. O Parque das Tílias vai ser alvo de nova intervenção para que seja mais jardim e menos espaço aberto, recordando no entanto que o passado recente daquele parque não era famoso, servindo para coisas menos dignas e para dar cabo da vida de algumas pessoas da sua geração.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas - 2013 ”

Presidente da Câmara – Informou que estamos perante uma obrigação legal com as contas consolidadas do Município e prende-se com a consolidação do grupo municipal, que neste momento inclui a Câmara Municipal e a empresa Viver Fundão. Administrativamente as questões estão bem colocadas, existindo o parecer do ROC. A empresa municipal Viver Fundão representa um movimento anual de 740.000 €, o que representa cerca de 3 a 4% da atividade da Câmara Municipal, com 30 funcionários. Aquela empresa presta serviços na área dos espaços verdes e limpeza urbana da cidade.

Não havendo interessados em usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação que foi aprovado por maioria com 24 votos a favor e 10 votos contra.

Declaração de Voto:

João Leitão – Em nome do PS disse: *“Tendo presente as reservas que constam da certificação legal de contas apresentada a este órgão, a sustentabilidade económica e financeira da empresa municipal Viver Fundão não é perfeitamente revelada, deste modo propõe este grupo a dissolução da referida empresa municipal, salvaguardando os postos de trabalho, conforme disposto no nº 6 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade laboral local.”*

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação da alteração da delimitação da área de reabilitação urbana – Zona Antiga do Fundão”

Presidente da Câmara – Informou que estamos na fase final do processo de discussão do regulamento. Desde que o mesmo aqui esteve pela primeira vez, a única alteração que pretende chamar a atenção prende-se com o *nº 8 – Tipo de operação de reabilitação urbana (Regulamento ARU)*, onde se acrescentou a seguinte frase: *“Dar-se a preferência aos edifícios candidatáveis aos fundos zona antiga em mau estado de conservação, estado confirmado por relatório de equipa técnica designada para o efeito, excetuando-se os considerandos dissonantes na malha urbana da zona antiga da cidade”*. Na prática, quer isto dizer que em caso de igualdade dá-se preferência ao que está em pior estado de conservação. Informou também que na última candidatura que tem um valor de 50.000 €, deram entrada pedidos para 13 casas, num valor total de 200.000 €, provando isto que os 50.000 € podem ajudar, daí a procura do programa. Chamou também a atenção para os problemas que já existem em zonas fora da zona antiga, já que existem bairros construídos nos anos 60, 70 que estão a dar muitas dores de cabeça aos proprietários e à Câmara Municipal, exemplificando com a zona de prédios existente na rua cidade da Covilhã, muito preocupante ao nível da atividade económica e do património residencial existente. A colocação de industriais não poluentes e de serviços naquelas zonas pode ser considerada chave para reabilitar aquela zona da cidade, que já foi o motor económico do Fundão.

Miguel Cardoso – Baseou a sua intervenção sobre este assunto, num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 6.

Presidente da Câmara – Disse achar muito importante que se utilizem as ferramentas que tem ao seu alcance, para não só resolver problemas concretos relacionadas com a reabilitação, mas também para questões associadas à atratividade. Trata-se de caminhos difíceis, sobretudo na atração de investimento, mas que no Fundão se está a tentar seguir. Seguramente existem falhas e podia existir uma prosa menos poética, menos identitária naquilo que são os quadros que os levam a ser aquilo que são, no entanto é esta a sua estratégia e nesse quadro o que se pretende fazer com a ERES, pelos vistos “às escondidas de toda a gente”, como há pouco foi dito. No dia 9 de junho fez-se a assinatura “privada” e “escondida” de um protocolo com a CGD, sem ninguém saber o que se tratava. Por outro lado, no País atual baixar fiscalmente os custos da propriedade é uma razão de escolha de um sítio relativamente a outro em termos de concorrência entre empresas e, enquanto for Presidente da Câmara, assumirá essa linha de atuação. No dia em que haja outras opções, serão seguramente apadrinhadas por todos e defendidas por si, desde que sejam úteis para o concelho do Fundão.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 33 votos a favor e 2 votos contra.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo do Fundão”

Presidente da Câmara – Informou que esta era a versão final para votação, depois da discussão pública do regulamento. Deu conta que, à exceção do grupo do PSD e do Senhor Vereador José Domingues, não houve nenhuma proposta de alteração, o que, na sua opinião, pode demonstrar que poucos de debruçaram sobre o assunto. No artigo 7º foram acrescentadas propostas que referem que todos os modelos de chegada de informação e participação são aceites. Outra alteração legal tem a ver com o quadro de competências da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, do qual legalmente não se podem desviar. Não havia também tempo de execução, mas o orçamento participativo tem um quadro anual e, embora possa existir uma ou outra exceção, a regra fica definida nos 24 meses. Outra alteração tem a ver com a comissão técnica de análise que passa a ser aprovada em sessão de Câmara sob proposta do seu Presidente. Ainda existe outra

questão que tem a ver com as diversas comissões existentes na autarquia, que passam a poder dar parecer não vinculativo sobre os projetos relacionados com a sua área de atuação. A votação dos projetos far-se-á por sufrágio universal, 1 homem 1 voto. Estas alterações enriquecem este regulamento tornando-o mais democrático e participativo.

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Fundão”

Presidente da Câmara – Informou que, durante a fase de discussão pública, só chegaram à Câmara contributos do grupo do PSD e que no artigo 5º foi aceite a proposta de colocar um representante do Instituto do Desporto e da Juventude do Centro e a previsão no regulamento de poder emitir parecer sobre o orçamento participativo. Também se incluiu a possibilidade de poder existir 1 representante do Conselho Municipal de Juventude no Conselho Municipal de Educação. Na composição do mesmo também foi colocada uma representação de cada associação juvenil com sede no concelho do Fundão, inscrita no RNAJ.

Não havendo interessados em usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação que foi aprovado por unanimidade.

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias”

Presidente da Mesa – Informou que este documento vem pela primeira vez à Assembleia Municipal no sentido de poder dar a oportunidade aos seus membros de intervir numa fase inicial, sem prejuízo da competência formal que será posteriormente exercida após a discussão pública que se segue.

Presidente da Câmara – Informou que ocorreu uma alteração legislativa que terá passado despercebida a muita gente em que passa para a Assembleia Municipal a competência para deliberar sobre pequenas questões do dia-a-dia da autarquia, como por exemplo de efetuar pequenas obras, cedência do autocarro, pequenos subsídios pontuais, ou seja, neste momento qualquer apoio que a Câmara queira dar às Juntas de Freguesia ou outra instituição, terá de vir em primeiro lugar à Assembleia Municipal.

Esta situação não abona nada a favor da operacionalidade neste tipo de matérias e talvez o legislador não tenha tido essa intenção, mas o certo é que isso está na Lei. Esta questão trouxe a oportunidade de fazer um regulamento que servirá a Câmara e a Assembleia Municipal, estabilizando e formalizando como é que os apoios são dados, como podem ser solicitados, em que cronograma, com que modelos para todos estarem em pé de igualdade. Por isso ali aparece este regulamento, esperando o contributo de todos para a sua melhoria.

Catarina Gavinhos – Começou por perguntar se os Senhores Presidentes de Junta foram ouvidos na execução deste regulamento. Parece-lhe também que no artigo 3, ponto 3, os apoios são demasiado ágeis porque dependem apenas da aprovação do Senhor Presidente da Câmara. Aproveitou a oportunidade para dizer que, relativamente a todos os regulamentos, a CDU tem apresentado propostas de alteração nas assembleias municipais, mas, se necessário, serão remetidas por escrito.

O Senhor Presidente da Câmara confirmou a formalização por escrito de todas as propostas formuladas pelo grupo da CDU e por todos os que as queiram fazer.

João Leitão – Recomendou que se constituísse um grupo de trabalho que acompanhasse a execução de uma nova versão deste regulamento, que garanta de alguma forma a inclusão total desta Assembleia Municipal.

Marco Marques – Deu os parabéns ao Município por este trabalho, face à confusão legal existente. Trata-se de uma proposta de regulamento que será colocada à discussão pública, analisada por todos, mais uma oportunidade, nomeadamente para as freguesias, de falar por exemplo do ex. fundo de investimento que foi uma prática neste concelho, que permitia às freguesias através de diversos meios, serem capazes de apresentar a este município alguns projetos mais ambiciosos, que vinham ao encontro dos anseios das subzonas do nosso concelho e da Câmara Municipal, servindo as populações. O Município pode contar com as freguesias na melhoria deste regulamento, de forma a construir uma plataforma que poderá vir a ser considerada de piloto no nosso País.

Jean Barroca – Cumprimentou todos os presentes e disse que o Senhor Presidente da Câmara trouxe com o seu mandato uma inovação na forma de fazer política, na forma como dá importância ao órgão Assembleia Municipal e ao trabalho que todos ali

realizam. Um bom exemplo tem sido os regulamentos que por aqui têm vindo, numa discussão aberta antes da sua versão final. Nesta sessão da Assembleia constatou 3 exemplos do que é um “governo aberto”, enaltecendo valores como transparência, colaboração e participação. Sobre este documento, em fase de discussão, não lhe parece oportuno criar-se um comité de discussão, devendo a mesma estar o mais próximo possível dos cidadãos. Será mais importante trazer propostas que o enriqueçam do que criar grupos de trabalho, antes de apresentar trabalho que os justifiquem. A proposta do PS não faz muito sentido, pelo menos nesta altura da discussão.

Presidente da Mesa – Reiterou que após esta breve discussão, espera os contributos de todos, na certeza de que a proposta voltará formalmente à Assembleia Municipal.

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal do Fundão

Presidente da Mesa – Informou que o documento em análise é da autoria da Mesa da Assembleia Municipal, tendo em conta a experiência dos seus membros. A base efetiva do Regimento que vigorou durante três mandatos levou à preparação desta proposta do conhecimento de todos os membros e com muito das contribuições generosas e inteligentes dos 3 grupos municipais (PSD, PS, CDU), a quem agradece a colaboração. É claro que a Mesa seguiu o seu critério, escolhendo o que entendeu ajustado e rejeitando o que achou menos adequado. Neste contexto, salienta-se que o Regimento é um auxiliar para a condução dos trabalhos, para facilitar a transparência e a eficiência do funcionamento da Assembleia Municipal, mas não é um documento sacralizado, nem mitificado como objeto ultimo dos trabalhos da Assembleia Municipal, nem se deve olhar para ele como algo que pode proporcionar uma grande fronda política de discussão e debate, porque a Mesa terá sempre de conduzir os trabalhos de acordo com a lei e o bom senso. A proposta não é perfeita, não resolve todos os problemas, nem acolhe todas as ideias que vão surgindo, acolhe aquelas que a Mesa entende que deve apresentar à Assembleia Municipal. Informou ainda que alguns membros, de forma particular, fizeram chegar à Mesa sugestões, como o membro Eduardo Saraiva, mas nem sempre foi possível inovar, preferindo-se manter a estrutura anterior, daí o aparecimento desta proposta que se submete à discussão da Assembleia Municipal. Disse também que, após a distribuição do documento por todos, alguns membros da Assembleia fizeram chegar à Mesa a sugestão de poderem dispor de mais algum tempo

para poderem formular com uma leitura mais pormenorizada, outras propostas de alteração. A ponderação que a Mesa fez levou a concluir que, num documento desta natureza, não havendo disponibilidade para recomeçar a reestruturar o Regimento, há ainda disponibilidade para dar voz aos membros que, numa última oportunidade, queiram sugerir questões relevantes. Assim a Mesa propõe que até 31 de julho próximo, impreterivelmente, exista um tempo para que todos possam fazer uma última leitura e proceder à apresentação de sugestões sobre artigos, de forma cirúrgica. Findo esse prazo, a Mesa ponderará sobre o que lhe for remetido e na Assembleia Municipal de setembro colocará a discussão e votação a última versão do Regimento. Reiterou o agradecimento por todos os contributos dos grupos na elaboração do documento.

Catarina Gavinhos – Regista com alguma pena que não haja já hoje a votação, uma vez que os grupos estavam de acordo com o texto, mas aceita a sugestão do Senhor Presidente da Assembleia.

João Leitão – Informou que o PS começou a trabalhar nas suas propostas para o Regimento em fevereiro último. O PS propôs no artigo 72º a criação de comissões especializadas, nomeadamente de planeamento estratégico e comunidade intermunicipal, urbanismo, ambiente, sustentabilidade, obras municipais e mobilidade, também de educação, saúde, cultura, juventude e desporto, ação social, emprego, segurança e proteção civil, desenvolvimento económico, inovação empreendedorismo e finalmente de gestão municipal, orçamento participativo e prestação de contas. Estas comissões tinham a motivação de envolver ativamente esta Assembleia e não de constituir empecilhos. Esta racionalidade evoluiu positivamente para a inclusão de grupos de trabalho na proposta hoje apresentada, já que esse aspeto será um veículo que garantirá a participação de vozes que por vezes poderão ser dissonantes, convergentes ou divergentes, mas certamente interessadas num Fundão mais forte e numa oposição também mais forte. Por outro lado, foram incluídas sessões de periodicidade anual destinadas a debates estratégicos, que discutam o ponto de situação, mas com raciocínio estratégico de desenvolvimento do nosso concelho. Finalmente, sobre o orçamento participativo lamentou que o mesmo não tenha sido mais aprofundado, para que as melhores ideias surjam no Fundão e sejam efetuadas em prol do desenvolvimento. Sobre as alterações pontuais, há-as de certeza a identificar no documento agora apresentado, existindo também questões formais que ainda podem ser alteradas. O PS

tem 3 propostas de alteração de conteúdo, na esperança que em sede de comissão permanente se possa concluir aquele que foi um trabalho bastante profícuo. Terminou com um cumprimento especial a todos os seus colegas e ao Sr. Presidente da Mesa pelo trabalho realizado, que foi muito participativo, apesar de algumas visões divergentes.

Eduardo Saraiva – Sublinhou o esforço feito por todos para que o documento fosse hoje apresentado. Acha que as tradições podem ser alteradas e o documento pode continuar de fácil consulta, mesmo com essas alterações. Os contributos vão ocorrer até 31 de julho e em setembro esta Assembleia irá manifestar-se pela aprovação ou voto contra do documento, pelo que talvez fosse desde já desejável uma votação e possível aprovação. Acha que devia haver outra forma de participar para que o documento seja mesmo de trabalho. Parece-lhe limitadora a sugestão da Mesa, já que devia abrir-se um novo espaço para discussão do Regimento, tendo receio que existam algumas “balizas” que venham dificultar o trabalho no futuro.

Presidente da Mesa – Reiterou que esta proposta resulta do trabalho efetivo, participativo e de colaboração intensa, não foi um documento fechado pela Mesa da Assembleia, ou seja, esta Mesa esteve sempre aberta e estimulou os contributos desde o mês de fevereiro, mas no fim decidiu e não pode continuar mais 6 meses a aceitar sucessivas alterações. Alguns membros querem agora uma segunda leitura final, pelo que até 31 de julho se aceitam sugestões desde que não se tente refazer de “*fio a pavio*” o documento. Disse também que a Mesa acha que seria útil que fosse a Assembleia Municipal que tivesse a competência de criar para determinados domínios, estruturas mais limitadoras para poderem interagir os diferentes membros e as suas diferentes visões e que a Assembleia Municipal pudesse ter pelo menos uma vez por ano um encontro solto, estratégico, em que se debate o Fundão de forma liberta, solta, á imagem de uma ideia antiga denominada “Espírito da Gardunha” que aqui ocorreu durante alguns anos. Também tem pena que o documento não seja votado, mas sê-lo-á certamente na sessão a realizar em setembro próximo.

Colocada a votação a metodologia apresentada pela Mesa relativamente ao Regimento, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, desejou boas férias a todas os presentes e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

votos contra dos membros João Leitão, Conceição Martins, Rosa Moreira, Marina Nascimento, Sandra Raposo, João Salvado, Carlos Morgadinho, Ana Leonor, Catarina Gavinhos e Miguel Cardoso

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação da alteração da delimitação da área de reabilitação urbana – Zona Antiga do Fundão” – Aprovada por maioria com 33 votos a favor e 2 votos contra dos membros Catarina Gavinhos e Miguel Cardoso

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo do Fundão” – Aprovada por unanimidade

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Fundão” – Aprovada por unanimidade

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias” – Apreciado e será votado após discussão pública

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal do Fundão – Aprovada por unanimidade a discussão final do documento na sessão de setembro próxima.

OUTRAS VOTAÇÕES

Proposta do Grupo Municipal do P.S. para alteração do ponto 2.7 da ordem de trabalhos para 2.2 - Rejeitada com 11 votos a favor, 4 abstenções e 18 votos contra

Proposta do Grupo Municipal da CDU para constituição de uma comissão de acompanhamento da situação da Escola Profissional do Fundão - Rejeitada com 11 votos a favor, 4 abstenções e 18 votos contra

tos sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, as quais deverão ser entregues, no Serviço de Atendimento Único, dentro do horário de Atendimento.

Para os devidos efeitos legais considera-se cumprida a respetiva divulgação, através do presente aviso, que será afixado nos lugares públicos do costume, na sede da União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, publicitado nos meios de comunicação social, e na Página da Internet deste município.

1 de setembro de 2014. — O Vereador, *Francisco Luís Teixeira Alves*.
308064209

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Edital n.º 837/2014

Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão:

Torna público que a Assembleia Municipal do Fundão, no uso da competência conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou em sessão de 30 de junho de 2014, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada no dia 20 do mesmo mês, o texto final do “Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Fundão”.

Este regulamento entrará em vigor logo no dia seguinte ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, ficando arquivado na Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos — Área de Administração e Recursos Humanos e sendo disponibilizado, posteriormente, na página eletrónica do Município do Fundão.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo deste Município.

1 de setembro de 2014. — O Presidente, *Paulo Alexandre Bernardo Fernandes*.

308062613

MUNICÍPIO DE LAGOA (ALGARVE)

Edital n.º 838/2014

Nuno Dinis da Encarnação de Amorim, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve):

Torna público que, a Assembleia Municipal de Lagoa na sua sessão extraordinária realizada no dia 30 de julho de 2014, aprovou a “Alteração ao Regulamento de Atribuição e Utilização do Cartão LagoaSocial”, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 2014.

Estando assim cumpridos todos os requisitos necessários, o mencionado Regulamento entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

Mais faz saber que o referido regulamento pode ser consultado no site do Município em www.cm-lagoa.pt. Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais de costume.

29 de agosto de 2014. — O Vice-Presidente da Câmara, *Nuno Dinis da Encarnação de Amorim*.

308070179

MUNICÍPIO DE LEIRIA

Aviso n.º 10196/2014

Publicitação da alteração do Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes no Município de Leiria

Gonçalo Lopes, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Leiria, toma público, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a deliberação tomada pela Câmara Municipal, na sua reunião de 17 de junho de 2014, relativa à alteração do Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes no Município de Leiria, cujo teor abaixo se transcreve:

«O Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março, introduziu alterações na regulamentação da atividade de comércio a retalho exercida de modo não sedentário por feirantes. Entre as altera-

ções introduzidas encontra-se o procedimento para a atribuição de lugares, que passou a ser por sorteio, bem como as taxas a pagar, que passaram a ser referentes à atribuição do espaço, em valor determinado pelo produto de um quantum monetário por metro quadrado a ocupar, a fixar nos termos do disposto na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro.

Com a entrada em vigor deste diploma, e atendendo ao princípio consagrado no artigo 28.º, Conteúdo da utilização privativa, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de setembro, o Município elaborou e aprovou o Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras do Concelho de Leiria que fixou no seu artigo 28.º, Condições gerais, que o direito à ocupação dos espaços de venda das feiras é «pelo prazo de quatro anos.»

Deste modo também a Tabela de Taxas do Município teve de ser objeto de alteração para adaptação a esta nova realidade jurídica, tendo as taxas passado a ser definidas por referência ao metro quadrado ocupado por quadriênio.

Posteriormente, a Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, altera de novo o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam e revoga, entre outros, o Decreto-Lei n.º 42/2008.

Tendo em vista a incorporação das alterações legislativas, foi necessário elaborar novo projeto de regulamento da atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes no Município de Leiria, procedimento que está em curso com vista à aprovação desse regulamento, tendo terminado já o período de consulta pública.

No n.º 2 do artigo 55.º deste projeto, volta a consagrar-se que «os espaços de venda reservados são atribuídos por um período de 4 anos.»

Todavia, chegados a esta fase procedimental e uma vez que a feira de Leiria, também conhecida por mercado de levante, se realiza no parque de estacionamento da Zona Desportiva, foi necessário, por razões que se prendem com a função desse espaço e com as opções municipais quanto ao seu destino, reequacionar o prazo máximo de atribuição de espaços de venda aos feirantes.

Da avaliação efetuada concluiu-se ser desadequado, perante a prossecução do interesse municipal, atribuir espaços de venda reservados para um recinto de feira nesse local por tal período de tempo, sob pena de ocorrerem situações de facto enquadráveis no disposto no n.º 1 do artigo 29.º, Extinção, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

Em face do exposto, é pois necessário modificar o n.º 2 do artigo 55.º do Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes no Município de Leiria.

Em fase posterior deste processo será ainda necessário adequar as taxas das alíneas 1.1 e 1.2 do n.º 1 do artigo 86.º da Tabela de Taxas do Município de Leiria a este novo quadro regulamentar.

Assim, a Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade alterar o n.º 2 do artigo 55.º do Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes no Município de Leiria, que passará a ter a seguinte redação:

Artigo 55.º

1 — [...]

2 — Os espaços de venda reservados são atribuídos por períodos de 12, 24, 36 ou 48 meses, conforme conste da deliberação da Câmara Municipal de Leiria que determina a abertura do procedimento.

3 — [...].

Mais deliberou, por unanimidade submeter esta alteração a apreciação pública e a audiência dos interessados, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, por um período de trinta dias seguidos contados da sua publicação no *Diário da República*, procedendo igualmente à sua publicitação por edital a afixar nos locais de estilo, por extrato ou aviso em dois jornais regionais e no sítio na internet do Município de Leiria (www.cm-leiria.pt), devendo ser consultada a Associação para o Desenvolvimento das Atividades em Portugal de Circos, Divertimentos e Espetáculos (ADAPCDE)».

Para constar se lavrou o presente aviso que vai ser afixado no edifício dos Paços do Concelho, inserido na Intranet e na página eletrónica do Município de Leiria.

26 de agosto de 2014. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Gonçalo Lopes*.

208068981

*ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO
30 DE JUNHO DE 2014
GRUPO MUNICIPAL DA CDU*

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e vereadores

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs da comunicação social

Ex.mos Senhoras e Senhores

- Período de antes da ordem do dia

Recuperando o tema da Escola Profissional do Fundão, na última sessão desta Assembleia, a CDU foi acusada de gostar de sangue na praça pública. Na verdade, do que não gostamos é que o sangue fique em privado, escondido, como se nada e como habitual... Sangue que, invariavelmente, é sempre dos que menos podem.

A comunicação social deu a notícia, fez-se mesmo a ligação com a Fundão Verde, o Sr. Presidente mostrou preocupação, toda a gente mostrou preocupação e boas intenções, mas tememos que as coisas fiquem por aqui. Não seria algo de incomum em Portugal.

Sabe-se que a CMF entrará em socorro da Escola Profissional. Não se sabe bem como.

Para a Câmara, será mais um encargo e um incómodo e não acreditamos que o faça de bom grado... Mas a facção PSD faz valer a sua força e há que fazer cedências.

Para não nos acusarem de irredutíveis, solicitámos uma reunião à direcção da Escola Profissional. Dois meses atrás. E ficámos a aguardar... E continuámos a aguardar, até que, com o aproximar da data desta reunião, e adivinhando que a CDU não deixaria cair o assunto, lá veio, imaginamos que a custo, a possibilidade de agendar uma reunião para a sexta-feira imediatamente anterior a esta sessão, pensar-se-ia talvez que seria uma boa forma de nos deixar sem grande espaço de manobra. Felizmente para nós, o trabalho de casa estava feito e tratámos apenas de tentar acertar a hora... Ao que tudo indica, alguns desencontros linguísticos inviabilizaram que tal acontecesse. Ficará para outro dia.

Não que daí venha mal ao mundo, continuamos a pensar que este é o espaço ideal e próprio para esclarecer dúvidas acerca do funcionamento regular ou irregular de uma escola que se financia exclusivamente com dinheiros públicos e que quer mais dinheiro público (da CMF) para resolver dívidas de uma eventual má gestão desses mesmos dinheiros públicos. Convenhamos que falar aqui de ensino privado é algo que exige muito boa vontade. Por uma questão de igualdade, pensamos que, se há dinheiro de todos nós envolvido, as regras devem ser as mesmas que se aplicam à escola pública.

Mas adiante... Há questões que se colocam e que seria importante responder aqui:

1. Está pronto o estudo sobre a saúde financeira da escola, cuja conclusão estava prevista para 30 de Abril?

Estudo que deveria funcionar como uma espécie de auditoria realizada pelo responsável de uma entidade promotora da escola (a Associação Comercial) e que, ao que tudo indica, continua também como

avencado da própria escola, facto que deixa muito a desejar em termos de isenção e transparência.

Se já está feito o estudo, Podemos vê-lo? Trouxe consequências para actual gestão? Foi para a gaveta dos estudos esquecidos?

2. Se, como foi dito na última Assembleia Municipal, o problema está identificado há cinco anos (ou mais), por que razão não se actuou antes? Foi má gestão? Esquecimento? Esperança de que as coisas se resolvessem sozinhas por obra e graça do espírito santo? (que às vezes encarna na Câmara Municipal?)

3. Passando ao lado da desastrosa e pouco transparente política de contratação que levou ao já confessado excesso de professores e que não deveria ser prática corrente em estabelecimentos de ensino que pagam com dinheiro público, admitamos todavia que seria necessário despedir professores e cortar nos salários...

- Foi apresentada fundamentação junto dos professores despedidos?

- Havia necessidade de o fazer já com o ano lectivo iniciado e por SMS? Não é este um sinal de que as coisas são feitas um pouco em cima do joelho?

- Foram respeitadas todas as obrigações legais e justas com as pessoas despedidas?

Ou, segundo consta, houve várias tentativas para acertar com o modelo de uma carta de despedimento, fizeram-se propostas de compensação mais ou menos informais e sigilosas, voltou-se atrás, fizeram-se afirmações distintas na RCB, ameaçou-se com processos, desautorizaram-se na direcção e não se pagaram ainda as indemnizações?

4. A escola tem, neste momento, uma direcção pedagógica devidamente qualificada?

5. Os trabalhadores da escola estão a ser pagos pelo escalão devido? Foi ou não solicitado aos funcionários que assinassem um documento no qual se desvinculavam de livre vontade do contrato colectivo de trabalho?

6. Estiveram ou não, de Setembro de 2013 até Março de 2014, a ser pagos salários a professores aos quais nunca foi atribuído qualquer serviço, mesmo tendo sido constantemente solicitado por eles? Consideram ou não que insistir numa prática destas constituiria um tipo de terrorismo psicológico que atentaria contra os direitos dos trabalhadores e contra os direitos humanos, dignos de outros casos que estamos habituados a ver na televisão e que também envolvem estabelecimentos de ensino ditos privados? Consideram ou não que as pessoas não se tratam assim e que as decisões difíceis, mesmo as que, como estas, tocam ao despedimento e mexem com famílias inteiras, devem ser, desde o primeiro instante, assumidas frontalmente e de forma transparente?

7. Todos os serviços prestados pela escola à CMF foram pagos? Serão pagos? Quanto deve a CMF?

Quanto irá custar aos munícipes todos os almoços, jantares temáticos ou não, recepções, portos de honra, demonstrações em festas e feiras, ceias de Natal, cocktail-partys e inaugurações de nearshores ou off-shores mais ou menos polinucleadas?

8. Os alunos estão a receber os subsídios de formação? Há alunos inscritos que nunca frequentaram as aulas, continuando a escola a receber os subsídios?

9. A escola tem um projecto educativo? Podemos consultá-lo?

10. É ou não verdade que os funcionários e professores da escola souberam da fusão com a escola de hotelaria pela comunicação social? Como será feita essa fusão em termos de gestão, de direcção pedagógica e financeira? Mantém-se a mesmocracia?

A CDU não pretende com estas questões aqui trazidas (e haverá outras tão ou mais pertinentes) fazer qualquer ataque à Escola Profissional do Fundão. A CDU entende que o ataque veio de dentro, que o inimigo é interno. A Escola Profissional implodiu (ou ameaça implodir) e os culpados não foram os alunos, os professores ou os funcionários. Mas serão eles os atingidos.

É porque nos preocupa o destino das pessoas que trabalham para a escola, porque nos preocupa o ensino de qualidade e a boa gestão do dinheiro público, exclusivamente público no caso concreto de que aqui se trata, que pensamos ser obrigação moral da actual direcção da escola profissional uma aclaração (como agora se diz) destas e de outras questões que têm implicações na vida das pessoas e no bom nome do Concelho.

Serão também questões que preocuparão o Sr. Presidente da Câmara.

O ensino público terá muitos defeitos. Esta falta de transparência não é um deles. Seria algo impossível no ensino público.

Posto isto, e para terminar, insistimos na necessidade que, por iniciativa desta Assembleia, se constitua uma comissão para apurar da real situação da Escola Profissional do Fundão e que a mesma se torne conhecida do público em geral.

Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos membros da Mesa da Assembleia Municipal

Exmo senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos senhores deputados municipais

Exmos senhores Vereadores

Exmas e exmos representantes dos órgãos de comunicação social

Minhas senhoras e meus senhores

No dia 16 de Outubro de 1955 foi inaugurado o novo Hospital do Fundão.

Trata-se de uma data histórica que os fundanenses devem recordar sempre!

Este dia marcou uma mudança de paradigma no acesso aos cuidados de saúde das populações do nosso concelho.

Como sabemos, o Estado tem a obrigação de criar as condições necessárias para que os cidadãos, independentemente do local da sua residência, tenham acesso aos serviços de saúde.

Não podemos esquecer que em 1955 Portugal vivia em pleno estado novo.

O nosso país vivia dias cinzentos, marcados por uma miséria profunda da esmagadora maioria dos portugueses a quem estavam vedadas muitas coisas, nomeadamente o acesso aos elementares cuidados de saúde.

O Fundão tinha um pequeno hospital que não conseguia dar resposta às necessidades da população.

Por isso, a comunidade fundanense exigia, desde há muito, a construção de um novo hospital.

Mas o Estado dizia que não tinha dinheiro.

Ontem como hoje, o problema era o dinheiro!

Perante este cenário os fundanenses não baixaram os braços.

A comunidade organizou-se.

As sessões públicas da Câmara Municipal do Fundão enchiam-se de gente que reclamava a construção do Hospital.

O povo organizou "cortejos de oferendas", multiplicou-se em peditórios e iniciativas de angariação de fundos até que foi possível reunir as verbas necessárias para a construção do hospital do Fundão.

A inauguração do Hospital do Fundão no ano de 1955 foi, acima de tudo, uma vitória do Fundão e dos fundanenses que através de um enorme esforço colectivo conseguiram alcançar este nobre objectivo.

Depois da inauguração do hospital os fundanenses continuaram a mobilizar-se para comprar os equipamentos necessários.

Num dia era o aparelho de raios x, noutro dia era outro equipamento fundamental e assim sucessivamente, sempre à custa de muito esforço.

O Hospital do Fundão tem, por isso, uma marca profunda na história do nosso território.

Tem uma marca das pessoas, dos fundanenses e da vontade férrea que sempre nos caracterizou: a de fazermos acontecer as coisas à custa do nosso empenho e do nosso trabalho!

O hospital está no Fundão porque os fundanenses se mobilizaram!

O hospital está no Fundão porque a nossa comunidade arregaçou as mangas e

trabalhou muito para a concretização deste grande objectivo!

O hospital do Fundão, porque existia, foi integrado, através da portaria 3/81 na rede oficial dos hospitais portugueses no âmbito da implementação do SNS – Serviço Nacional de Saúde, uma das grandes conquistas do novo ciclo do Portugal democrático.

Minhas senhoras e meus senhores

Na década de 50 do século XX o Fundão tinha um hospital.

Hoje, em pleno século XXI, o Fundão continua a ter um hospital...mas cada vez mais esvaziado de serviços e competências!

A cada ano que passa o nosso Hospital é cada vez menos Hospital no seu todo e cada vez mais uma unidade de apoio com poucas valências.

Em nome da memória e do esforço colectivo de gerações de fundanenses devemos todos, independentemente das convicções políticas de cada um, defender o Serviço Nacional de Saúde e o funcionamento do Hospital do Fundão na plenitude das suas funções, garantindo os cuidados de saúde às populações do nosso concelho.

Sabemos que a gestão da saúde é uma questão complexa.

É preciso gerar economias de escala, maximizar procedimentos e procurar a melhor relação eficácia-eficiência.

Mas, também sabemos que as populações do concelho do Fundão não podem estar impossibilitadas de recorrerem, no seu território, aos serviços públicos de saúde, em condições de igualdade com o resto do país.

Em função dos tempos difíceis que vivemos os hospitais e o próprio Sistema Nacional de Saúde sofrem transformações constantes ditadas pelas condicionantes demográficas, económicas e financeiras e de muitas outras que não é propósito desta intervenção abordar.

Mas, também não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação perante as notícias constantes do esvaziamento de funções a que o nosso hospital tem sido sujeito. Esta semana o Jornal do Fundão dá-nos conta da perda, até final do ano, do serviço de apoio domiciliário, um serviço com 18 anos e fundamental no apoio a uma população cada vez mais idosa.

Num dia saiu um serviço. Noutro dia saiu outro. Até ao final do ano sai outro. Se não contrariarmos esta tendência chegará o dia em que não teremos e aí não haverá nada a fazer! O Fundão merece, tal como os outros concelhos do país, contar com o seu Hospital e com profissionais que prestem cuidados de qualidade e em condições de igualdade.

A realização de um país moderno e europeu assim o exige.

Mas para além desta profunda questão democrática no acesso aos serviços públicos de saúde as gerações de fundanenses que nos precederem que trabalharam muito para que o Hospital do Fundão fosse uma realidade reclamam de todos nós que façamos alguma coisa para honrar o seu legado.

Por isso, nós também não podemos baixar os braços.

Devemos defender o que é nosso por direito.

Fundão, 30 de Junho de 2014

O GRUPO DO PS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Marina Nascimento

30/06/2012

ANEXO 4

Ex. mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

O grupo municipal da CDU vem por este meio requerer que se constitua uma comissão de acompanhamento da situação da Escola Profissional do Fundão constituída por um membro de cada grupo partidário.

Fundão, 30 de Junho de 2014

Vijai Cardoso

Colun M^o J. M. Viegas

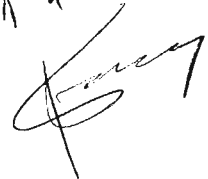
Proposta Rejeitada
pela A.M.

20 - votos Contra
3 - " Absência
12 - " FAVOR



30/06/2014

ANEPU -
 Requerida pela AM
 18 votos - Contra
 4 " - Abstenção
 14 " FAVOR



Protocolo

O governo do Partido Socialista
 propõe a alteração dos pontos
 da Ordem de Trabalhos

O ponto 2.7 passa para o ponto
 2.2. Fazendo descer todos os
 outros pontos.

Conceição Martins
 para Carlos Correia Pinto

*ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO
30 DE JUNHO DE 2014
GRUPO MUNICIPAL DA CDU*

- Ordem do dia – ponto 2.3

Na sequência do que aqui dissemos em Fevereiro deste ano, entendemos que o conceito de “zona antiga” de uma cidade não pode ser algo estanque e que faz todo o sentido estender a área de reabilitação urbana e aproveitar os apoios e incentivos que o regime legal permite.

Temos plena consciência de que esta proposta de alteração da delimitação da área urbana – zona antiga do Fundão - será aprovada pela maioria desta assembleia que terão lido atentamente as 178 páginas da mesma.

Confessamos, nós da CDU, que a não lemos na íntegra, mas fizemo-lo todavia com a atenção suficiente para encontrar alguma informação interessante e alguns apontamentos poéticos no capítulo da contextualização. Façam-me a vontade e permitam-me que partilhe apenas dois deles (e que não são palavras-punhais, antes pelo contrário):

(pp. 73 e 74 do documento)

Muito bonito e evocativo de um idílico viver numa cidade do interior, algum saudosismo anacrónico até, mas que não nos distraiu de uma questão essencial que relembramos:

- A alteração da delimitação da aru (área de reabilitação urbana) da zona antiga do Fundão, proposta pela câmara, não tem nada de zona e limita-se a anexar uns lotes atados “umbilicalmente”, e de forma completamente artificial, por troços de rua que desprezam totalmente as áreas envolventes. Como dissemos em Fevereiro, a única coerência que se

vislumbra passa pela inclusão de determinadas zonas em benefício de um ou outro interesse económico mais ou menos possível e mais ou menos escondido.

A CMF terá de fazer aqui e ali algumas cedências. Imagine-se, para espanto de alguns, que até a CDU consegue aceitar isso, desde que fiquem claros os critérios que, por exemplo, levaram a excluir o Bairro das Fontainhas, a Escola da Nossa Senhora da Conceição ou a zona habitacional nas traseiras da Caixa de Crédito e da Rádio Cova da Beira, entre muitos outros exemplos.

Há escolhas que são feitas e deve haver critérios por trás dessas escolhas.

Penso que ninguém terá dúvida de que estes três exemplos são “zona antiga” do Fundão. Foram excluídos por que razão? Não interessa reabilitar dois núcleos habitacionais e uma escola?

Este documento é a prova da falta de um verdadeiro PDM. Não há aqui vestígios de um ordenamento sustentável. Há demasiadas incongruências que levantam as suspeitas do costume em relação ao poder local e colocam em segundo plano a qualidade de vida dos munícipes. Isso não é bom.